

APRESENTAÇÃO

Alexandre Monteiro de Menezes¹

Quando fui convidado para escrever a apresentação deste novo número dos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, senti uma enorme alegria. Essa alegria logo se transformou em preocupação, por tratar-se de um reconhecido e importante Caderno de Arquitetura e Urbanismo, da mais alta qualidade e prestígio no meio profissional. Na tentativa de elaborar um texto que apresentasse os artigos nele publicados, deparei-me com uma valiosa e variada coletânea de textos interessantes e instigantes. Essa diversidade de temas vem reforçar a dimensão abrangente da arquitetura e do urbanismo, caracterizando um fascinante campo de estudo e pesquisa. A riqueza dos artigos apresentados nesta edição apenas confirma a característica multidisciplinar da arquitetura e do urbanismo.

1. Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo /PUC Minas; Professor Associado da Escola de Arquitetura /UFMG; Graduação em Arquitetura e Urbanismo/FAMIH; Graduação em Belas Artes /UFMG; Especialização em Planejamento e Representação do Espaço Arquitetônico /PUC Minas; Mestrado em Arquitetura /UFMG; Doutorado em Arquitetura (PhD) /The University of Sheffield, UK

Este novo número dos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo tem o objetivo de fomentar o debate e a crítica no campo, trazendo a público a diversidade de pensamento existente na área profissional. Ele apresenta oito artigos que se relacionam com diferentes temáticas, abrangendo desde políticas públicas de financiamento habitacional, concepção e composição de residências, até tragédias naturais e o avesso do habitar. Dois artigos apresentam interesse na temática educacional e desenvolvimento de atividades extensionistas. Um artigo focaliza a temática urbana, questionando o que significa e como mensurar a qualidade de vida urbana. Outro artigo relaciona-se com a questão de tecnologia construtiva, investigando a interface de esquadrias de alumínio e painéis Wood Frame.

Os textos relacionados à temática de políticas públicas de habitação popular, concepção e composição de residências e tragédias naturais, são “Itinerários de ideias e práticas na arquitetura habitacional: uma abordagem comparativa entre Brasil e Holanda”, de André Vaillant e Rita Velloso; “Análise das residências projetadas por Sylvio de Podestá”, de Marcos de Oliveira Prado; “A arquitetura neocolonial, de Ricardo Severo e José Mariano”, de Caion Meneguello, Natal e “Desastre como barbárie: o avesso do habitar” de Norma Valêncio. Os textos com interesse na temática educacional e desenvolvimento de atividades extensionistas são “Educação Integral e a construção de território educativo” de

Clodoaldo Teixeira e Wilson Ribeiro Santos Junior e “Extensão e Tecnociência Solidária: periférico no DF e entorno” de Liza Maria Souza de Andrade, Vânia Raquel Teles Loureiro, Juliette Anna Fanny Lenoir e Natália da Silva Lemos. O artigo interessado na temática urbana é “Qualidade de vida urbana: o que isso significa? Como mensurar?” de Iracema Generoso de Abreu Bhering e Fernanda Borges de Moraes. O artigo que investiga a questão de tecnologia construtiva é “Proposta de marco perimetral para tratamento do problema de estanqueidade na interface de esquadrias de alumínio e painéis wood frame” de Gilmar Tumelero.

11

No primeiro artigo, intitulado **“Itinerários de ideias e práticas na arquitetura habitacional: uma abordagem comparativa entre Brasil e Holanda”**, os autores André Vaillant e Rita Velloso buscam traçar uma comparação entre os sistemas de financiamento de habitação social brasileiro e holandês. Vaillant e Velloso afirmam que o trabalho se constitui como um esforço de análise e compreensão da produção do espaço brasileiro comparativamente ao caso da Holanda. Os autores comentam que o trabalho não procura replicar, nem sequer adaptar, modelos estrangeiros à realidade nacional, mas compreender a produção espacial financeira de uma modernidade globalizada, em que os diferentes modelos aparecem como estratégias de resolução de desafios correlatos.

Os autores concluem que é possível entender que o argumento de incapacidade do setor público de provisão global das necessidades sociais básicas considera apenas as receitas do Estado isoladamente, destituindo-o do poder de negociação por meio da posse coletiva inalienável dos insumos comuns. Quando o Estado negocia a terra, por exemplo, a pressão mercadológica ocorre no sentido de afrouxar seu poder de influência e, portanto, o direito coletivo aos bens naturais comuns. Segundo os autores, o que cumpre questionar ainda é como contornar relações de interesses claramente divergentes em um contexto de cada vez maior interdependência global.

12

No segundo artigo, **“Análise das residências projetadas por Sylvio de Podestá”**, Marcos de Oliveira Prado divulga os resultados de sua pesquisa que analisou seis projetos residenciais elaborados pelo arquiteto brasileiro Sylvio de Podestá, realizados entre 1979 e 1989. Segundo o autor, nesse período, ao compor o grupo mineiro “Três Arquitetos”, Sylvio de Podestá projetou-se em Minas Gerais e no Brasil, produzindo uma arquitetura com caráter experimentalista, afastando-se das práticas modernas e tornando-se reconhecido por experimentar a linguagem Pós-moderna na arquitetura brasileira. Prado afirma que o objetivo da pesquisa foi investigar estratégias projetuais e compositivas adotadas pelo arquiteto e estabelecer discussões e entendimentos sobre sua obra. O autor informa que a partir

de leituras dos textos do próprio arquiteto e redesenhos dos projetos, foram elaborados modelos digitais e diagramas analíticos.

Prado conclui que os resultados mostram recorrências nas estratégias projetuais adotadas, tais como a importância conferida à elevação frontal, o uso de formas arquetípicas e a utilização do modelo de percurso “quadro a quadro”. O autor finaliza dizendo que, a partir dos estudos realizados, é possível constatar o potencial do redesenho como um contato mais aprofundado com o objeto de estudo. Segundo o autor, o redesenho é parte do processo de análise e uma importante etapa do entendimento do projeto. Para ele, esta pesquisa contribui para o conhecimento da arquitetura de Sylvio de Podestá, especialmente aquela produzida na década de 1980, sob influência da linguagem pós-moderna.

O terceiro artigo deste caderno, **“A arquitetura neocolonial de Ricardo Severo e José Mariano”**, de autoria de Caion Meneguello Natal, analisa as reflexões de Ricardo Severo e José Marianno, dois intelectuais que propuseram um estilo arquitetônico nacional entre final dos anos 1910 e começo da década seguinte. Ricardo Severo, em São Paulo, e José Marianno, no Rio de Janeiro, dedicaram boa parte de suas atividades intelectuais a resolver o que Marianno chamou de “o problema arquitetônico nacional”. Segundo Severo e Mariano, o problema arquitetônico bra-

sileiro residia na falta de um caráter arquitetônico próprio. A estética defendida por esses intelectuais foi denominada neocolonial e visava restabelecer uma suposta tradição interrompida. A proposta consistia em fundar um estilo genuinamente brasileiro a partir da revitalização da arquitetura colonial portuguesa.

Segundo Natal, a reflexão sobre arquitetura colaborava com a definição da identidade nacional e apontava que a nação se encontrava em um período de crise identitária. A causa da crise teria sido a interrupção de uma tradição arquitetônica brasileira que vinha se desenvolvendo havia séculos. O bloqueio dessa tradição teria ocorrido por conta do crescimento descontrolado das grandes cidades a partir de meados do século XIX. O autor conclui que o neocolonial não pretendeu imitar os modelos coloniais, mas buscou traduzi-los à luz de um novo código estético. Segundo o artigo, durante a década de 1920, muitos arquitetos se esforçaram por estabelecer um vocabulário neocolonial em suas obras, buscando tecer uma imagem para a nação, numa tentativa de formulação de um estilo arquitetônico abastecido por um ideário nacionalista.

O quarto texto deste número dos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, de Norma Valêncio, chama-se **“Desastre como barbárie: o avesso do habitar”**. O artigo propõe uma reflexão sobre a dinâmica brasileira de decretação de emer-

gências com aspectos dos desafios do habitar na escala local onde essas crises são vivenciadas como experiência de humilhação e sofrimento. Segundo a autora, a resposta emergencial providenciada por autoridades locais transita entre a inépcia e o vagar, sendo suficientemente lenta para converter o cenário de um desastre aparentemente gerenciável em uma catástrofe. Para Valêncio, a análise das práticas da administração pública diante a existência, manifestação ou probabilidade de ocorrência de eventos ameaçantes, passíveis de perturbar severamente as rotinas de vida de determinadas comunidades locais, merece maior destaque no debate sobre planejamento urbano.

15

Segundo a autora, as categorias de classificação dos desastres que vem sendo decretadas pelos municípios brasileiros indicam que a administração pública parece não estar interessada em ultrapassar a gestão de crises recorrentes, mas em seguir manejando-as dentro de enquadramentos conciliados com a manutenção de uma ordem social injusta. Assim, para Valêncio, os desafios do habitar não estão relacionados à viabilização de estratégias alternativas do direito de morar onde a política pública de moradia revela-se falha. O texto comenta que as crises denominadas como desastres têm servido para exercitar e validar mecanismos de higienização social que esvaziam os processos dialógicos de planejamento urbano, ao mesmo tempo em que inviabilizam a produção de espaços de habitar aos que fica-

ram fora da agenda pública.

O quinto artigo, **“Educação Integral e a construção de território educativo”**, de Clodoaldo Teixeira e Wilson Ribeiro Santos Junior, analisa o conceito de educação integral a partir da corrente progressiva apresentando a experiência do Centro Integrado de Educação Pública (CEUs), na cidade de São Paulo. Teixeira e Santos Junior afirmam que no início do século XXI, vivencia-se uma efervescência no cenário dos debates, protestos, fechamentos e ocupações que envolvem as reformas e o futuro da escola pública. De acordo com os autores, a implantação de modelos de educação integral em estruturas já existentes desperta a atenção para a qualidade espacial necessária e amplia o debate a respeito da importância da apropriação do território urbano como espaço educativo, para além dos muros escolares, como forma de inserção e aprendizado no âmbito da realidade social.

A pesquisa investigou como a educação integral na escola pública se apropria do território enquanto espaço educativo, pensando a cidade como extensão nesse processo. Investigou também a importância da cidade na atualidade, como oportunidade de aproximação na relação entre/e com a comunidade, fortalecendo os diálogos e compreendendo as transformações urbano-sociais no território. Este estudo também analisou como esse fenômeno aproxima a cida-

de com o espaço escolar, enquanto lugar do encontro da comunidade, da aproximação e da socialização, ocupado e feito para as pessoas, capaz de criar conexões, conceitos e valores comunicantes com o território, proporcionando relações humanas de aprendizado.

O sexto artigo, **“Extensão e Tecnociência Solidária: periférico no DF e entorno”**, de Liza Maria Souza de Andrade, Vânia Raquel Teles Loureiro, Juliette Anna Fanny Lenoir e Natália da Silva Lemos, apresenta um panorama geral dos projetos de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo do Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, trabalhos emergentes” da FAU/UnB. O Grupo de Pesquisa e Extensão trabalha com a noção de cidadania sociotécnica do Núcleo de Política, Ciência, Tecnologia e Sociedade, na assessoria técnica. O Grupo assume que existe uma questão política cognitiva e ideológico existencial vivida pelos mais diversos grupos sociais, movimentos sociais, movimentos operários e sindicais, diante da questão da democratização dos processos de mudança tecnológica para que os sujeitos possam incidir sobre a política científica e tecnológica.

Segundo os autores, o Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, trabalho emergentes” se aproxima mais da vertente da assessoria técnica e tem contribuído para conscientizar, mobilizar e empoderar as associações sociais e movimentos populares bem como a produção de conhecimento, in-

cluindo os saberes populares e as práticas emergentes. O artigo apresenta os processos participativos que têm contribuído para transformar a linguagem da política cognitiva e consequentemente alcançar a “tecnociência solidária”, além das barreiras estabelecidas dentro das universidades públicas.

O sétimo artigo, **“Qualidade de vida urbana: o que isso significa? Como mensurar?”**, de Iracema Generoso de Abreu Bhering e Fernanda Borges de Moraes, busca explicitar propostas metodológicas para avaliação qualitativa da qualidade de vida, com bases em indicadores de fatores censitários, públicos e advindos de questionários específicos. Segundo as autoras, a partir da expansão e adensamento da cidade do século XX, constata-se que mesmo para o sistema produtivo, as cidades, tais como estão, representam um empecilho ao máximo rendimento do capital, levando a crer que as cidades felizes talvez sejam melhores para as pessoas e, inclusive, para o sistema produtivo.

Bhering e Moraes concluem que as ações multiescalares e transescalares são essenciais para garantir qualidade de vida. Com isso, as autoras apontam que a qualidade de vida depende não somente das mensurações locais como também de avaliações que transcendem o próprio território avaliado e que serão responsáveis por rebatimentos perni-

ciosos ou extremamente convenientes sobre o lugar em análise.

O oitavo e último artigo deste número, **“Proposta de marco perimetral para tratamento do problema de estanqueidade na interface de esquadrias de alumínio e painéis wood frame”**, de Gilmar Tumelero, estuda o comportamento de esquadrias de alumínio disponíveis no mercado e sua utilização em Wood Frame. Para Tumelero, o objetivo da pesquisa foi desenvolver um elemento de conexão para estanqueidade na interface da esquadria x painel, cujo foco foi suprimir as manifestações patológicas devidas às falhas de estanqueidade listando recomendações técnicas de forma a melhorar a qualidade das edificações.

Segundo o autor, os resultados dos testes demonstraram que a utilização do marco perimetral para a estanqueidade na interface entre esquadria e painel foi fundamental para o bom desempenho do conjunto, atendendo 100% às prescrições normativas. Os ensaios foram fundamentais na verificação do funcionamento do elemento proposto e a utilização de laboratórios creditados para os ensaios confere credibilidade ao resultado da pesquisa. O autor conclui que por meio dos resultados dos ensaios de laboratório, fica confirmado que o marco perimetral proposto pode ser fundamental para a composição do sistema Wood Frame, tal como tem sido executado no país utilizando-se esqua-

drias de alumínio produzidas em escala industrial.

Para concluir esta apresentação e diante do enfoque multidisciplinar dos artigos apresentados, podemos afirmar que os Cadernos de Arquitetura e Urbanismo vêm cumprindo de maneira sistemática, criteriosa e continuada a importante tarefa da produção e, principalmente, da divulgação constante de novos conhecimentos e informações pertinentes à construção do saber arquitetônico, participando, assim, ativamente da formação do profissional.

Os autores dos trabalhos estão de parabéns!